

# 1

## GESTÃO DE RECURSOS LIMITADOS EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA

▶ **Carlos Eugênio da Costa Vieira**

*Pós-Graduado em farmácia clínica direcionada à prescrição farmacêutica, Facuminas.*

ORCID: 0009-0007-2251-8424

▶ **Lucian Elan Teixeira de Barros**

*Graduando em Medicina, UFCG*

ORCID: 0000-0002-4646-4068

▶ **Pedro Henrique Cardoso Duarte**

*Graduando em enfermagem, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)*

ORCID: 0009-0006-3271-4122

▶ **Vitória Gomes Rodrigues**

*Graduanda em enfermagem, faculdade Viasapiens*

▶ **Rebeca Rivera Justiniano e Silva**

*Graduando em medicina, faculdade metropolitana de Manaus*

ORCID: 0009-0006-3487-2378

▶ **Gemina Brito Ferreira da Rocha**

*Pós-Graduada em Gestão em saúde, Universidade Federal do Maranhão*

ORCID: 0000-0002-6089-0389

▶ **Andres Santiago Quizhpi Lopez**

*Docente de Cirurgia Estomatognática Básica e Avanzada, Universidad Católica de Cuenca sede Azogues*

ORCID: 0000-0002-6089-0389

▶ **Kauhanny Florêncio Lins**

*Especialização em Nutrição Clínica e Estética, Instituto de Pesquisas, Ensino e Gestão em Saúde - IPGS*

ORCID: 0009-0009-9277-6095

▶ **Maria Joaquina Barbosa Goulart**

*Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Federal do Tocantins*

 ORCID: 0009-0007-3903-4290

▶ **Diniz Soares Cantuaria**

*Doutor em Ciências Biológicas: Farmacologia e Terapêutica pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA*

 ORCID: 0000-0002-3652-2922

## RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A ocorrência crescente de desastres naturais, crises humanitárias e emergências de saúde pública no mundo atual evidencia a necessidade de aprimorar a administração de recursos em situações de calamidade. Eventos como terremotos, enchentes, pandemias e conflitos armados colocam à prova a capacidade de resposta dos governos e organizações, exigindo estratégias eficazes que otimizem o uso de recursos limitados. **OBJETIVO:** Analisar estratégias e desafios relacionados à gestão de recursos em contextos crítico. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura a qual foi norteada pela seguinte pergunta de pesquisa: "Quais são as principais estratégias de alocação de suprimentos em contextos de calamidade pública e obrigações pelos gestores em diferentes cenários?", estruturada com base no método PICO. Foram incluídos artigos publicados entre 2013 e 2024, disponíveis em português, inglês e espanhol, que abordavam diretamente a administração de recursos em cenários de crise. A busca foi realizada em bases reconhecidas, como PubMed, SciELO, Lilacs e Google Scholar. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados apontaram cinco categorias principais: planejamento estratégico, tecnologias emergentes, colaboração intersetorial, resiliência comunitária e ética na alocação de recursos. O uso de ferramentas como inteligência artificial e sistemas de georreferenciamento demonstrados é eficaz para melhorar a alocação de suprimentos, enquanto parcerias público-privadas ampliam a capacidade de resposta em momentos de crise. Além disso, a ética e a equidade na distribuição de recursos foram destacadas como pilares fundamentais para fortalecer a confiança da população e minimizar as desigualdades sociais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que investir em ações preventivas, tecnologias e capacitação das equipes de gestão é essencial para promover a eficiência das respostas e mitigar os impactos das crises. As lições aprendidas podem subsidiar políticas públicas mais inclusivas e eficientes, contribuindo para a redução das desigualdades e para a proteção das populações em cenários de calamidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Gestão de recursos; Calamidade pública; Desastres naturais; Emergências de saúde pública; Crise humanitária.

# 1

## MANAGEMENT OF LIMITED RESOURCES IN PUBLIC CALAMITY SITUATIONS

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The increasing occurrence of natural disasters, humanitarian crises and public health emergencies in today's world highlights the need to improve resource management in disaster situations. governments earthquakes, floods, pandemics and armed conflicts test the response capacity of governments and organizations, requiring effective strategies that optimize the use of limited resources. **OBJECTIVE:** Analyze strategies and challenges related to resource management in critical contexts. **METHODOLOGY:** This is an integrative literature review guided by the following research question: "What are the main strategies for allocating supplies in public calamity contexts and the obligations of managers in different scenarios?", structured based on the PICO method. Articles published between 2013 and 2024, available in Portuguese, English and Spanish, that directly addressed resource management in crisis scenarios were included. The search was carried out in recognized databases, such as PubMed, SciELO, Lilacs and Google Scholar. **RESULTS AND DISCUSSION:** The results identified five main categories: strategic planning, emerging technologies, cross-sector collaboration, community resilience, and ethics in resource allocation. The use of tools such as artificial intelligence and georeferencing systems has been shown to be effective in improving supply allocation, while public-private partnerships increase response capacity in times of crisis. In addition, ethics and equity in resource distribution were highlighted as fundamental pillars for strengthening public trust and minimizing social inequalities. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is concluded that investing in preventive actions, technologies and training of management teams is essential to promote efficient responses and mitigate the impacts of crises. The lessons learned can support more inclusive and efficient public policies, contributing to the reduction of inequalities and the protection of populations in disaster scenarios.

**KEYWORDS:** Resource management; Public calamity; Natural disasters; Public health emergencies; Humanitarian crisis.

# INTRODUÇÃO

A ocorrência crescente de desastres naturais, crises humanitárias e emergências de saúde pública no mundo atual evidencia a necessidade de aprimorar a administração de recursos em situações de calamidade. Eventos como terremotos, enchentes, pandemias e conflitos armados colocam à prova a capacidade de resposta dos governos e organizações, exigindo estratégias eficazes que otimizem o uso de recursos limitados (Ferentz; Garcia 2020). Nesse contexto, a gestão de insumos abrange não apenas a distribuição de suprimentos essenciais, como alimentos, medicamentos e água potável, mas também a organização de equipes de resposta rápida e a formulação de políticas públicas que reduzem os impactos dessas crises (Londe *et al.*, 2018).

A logística em situações críticas envolve um planejamento estratégico complexo, que deve priorizar processos mais afetados e áreas de maior necessidade. No entanto, a escassez de recursos materiais e humanos, aliada às pressões para decisões rápidas, muitas vezes intensifica os desafios enfrentados pelos gestores. Em condições de crise, abordagens criativas, o uso de tecnologias emergentes e a colaboração com organizações não governamentais e internacionais são indispensáveis para enfrentar essas adversidades (Silva *et al.*, 2024).

Historicamente, desastres são revelados como consequências negativas de uma gestão ineficiente, como desperdício de recursos, atrasos no atendimento às vítimas e aumento da mortalidade (Londe *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2024). A centralização excessiva de decisões e a falta de comunicação eficaz entre os diversos atores envolvidos agravaram os problemas, resultando em impactos mais severos nas populações afetadas. Por outro lado, quando uma administração é planejada e eficaz, é possível salvar vidas, reduzir o sofrimento e acelerar a recuperação das comunidades (Zampieri *et al.*, 2024).

O aspecto ético da administração de recursos também merece destaque. Em momentos de crise, as desigualdades sociais tendem a ser exacerbadas, tornando essencial que a alocação de insumos seja realizada de forma justa e transparente. A priorização de grupos vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com deficiência, constitui um princípio fundamental para ações de emergência que visam à equidade (Storto *et al.*, 2021).

A pandemia de COVID-19 é um exemplo marcante das fragilidades e avanços relacionados à gestão de recursos em situações de calamidade pública. A rápida disseminação do vírus levou à sobrecarga de sistemas de saúde em diversos países, expondo dificuldades na administração de equipamentos de proteção individual (EPIs), respiradores e leitos hospitalares. Em meio à escassez de insumos, a alocação racional foi crucial para garantir que os pacientes recebessem atendimento adequado (Lopes; Barron 2022; Brandão *et al.*, 2023).

A experiência acumulada durante a pandemia trouxe lições valiosas sobre planejamento e logística. Países que fortaleceram anteriormente seus sistemas de saúde e investiram em medidas preventivas demonstraram maior eficiência na resposta à crise. Por outro lado, a ausência de articulação entre diferentes níveis de governo e a propagação de informações conflitantes comprometeram a gestão de recursos em algumas regiões, resultando em colapsos e maiores taxas de mortalidade (Brandão *et al.*, 2023).

Além de pandemias, desastres naturais, como enchentes e terremotos, exigem respostas rápidas e coordenadas para garantir acesso a alimentos, água potável e atendimento médico. Já em cenários de conflitos armados, a logística inclui o fornecimento de ajuda humanitária, proteção de cidadãos e busca por soluções diplomáticas para minimizar os impactos da crise (Dos Santos; Da Silva Terres 2024). A implementação de ferramentas tecnológicas, como inteligência artificial e georreferenciamento, tem se mostrado fundamental na identificação de áreas prioritárias e no suporte à tomada de decisões em tempo real (Fariniuk *et al.*, 2020).

A integração entre os setores público e privado também desempenha um papel relevante na gestão de recursos em calamidades. As parcerias público-privadas podem ampliar a capacidade de resposta, fornecendo suporte técnico, financeiro e logístico. As empresas privadas têm colaboração por meio de doações de suprimentos e expertise na organização de treinamentos de emergência, fortalecendo a atuação governamental nesses contextos (Cunha; Santana 2020).

Um fator essencial para a gestão de crises é a resiliência comunitária. Comunidades que são capacitadas e preparadas para lidar com desastres tendem a responder melhor às adversidades. A educação em saúde e a conscientização sobre os riscos são estratégias fundamentais para fortalecer a resiliência das decisões, proporcionando respostas mais eficientes às crises (Vasconcellos *et al.*, 2024). Além disso, a sustentabilidade das ações de socorro precisa ser protegida, evitando que a recuperação inicial se perca devido à falta de continuidade (Marchezini *et al.*, 2020).

Por isso, é necessário destacar que a administração de recursos em situações de calamidade pública não se limita à resposta imediata, mas também inclui medidas de prevenção e preparação para eventos futuros. Investir no fortalecimento dos sistemas de saúde, na criação de estoques estratégicos e na formulação de políticas públicas voltadas à prevenção é essencial para reduzir a vulnerabilidade das comunidades. Este estudo busca analisar estratégias e desafios relacionados à gestão de recursos em contextos críticos, oferecendo contribuições que possam mitigar os impactos de crises futuras e promover maior equidade na distribuição de insumos (Jansen; Vieira 2023).

## METODOLOGIA

Esta revisão integrativa de literatura foi realizada com base em um método sistemático, reorientando identificar, selecionar e analisar os estudos disponíveis sobre o controle de recursos em condições exclusivas. O objetivo foi fornecer uma visão abrangente e crítica das evidências científicas sobre a temática. O processo metodológico foi organizado em etapas distintas, que incluíram a definição do tema e a questão de pesquisa, a seleção de critérios de inclusão e exclusão, a busca nas bases de dados, a análise dos resultados e a síntese das informações extraídas.

A primeira etapa aborda a definição do tema e a formulação da seguinte questão de pesquisa, que norteou todo o trabalho: "Quais são as principais estratégias de alocação de suprimentos em contextos de calamidade públicas, obrigações pelos gestores em diferentes cenários?". Essa pergunta foi desenvolvida com base no método PICO (População, Intervenção, Comparação e Resultados), garantindo que os estudos

incluídos estejam alinhados ao objetivo da pesquisa.

Os critérios de inclusão compreenderam artigos publicados em periódicos revisados por pares, disponíveis integralmente nos idiomas português, inglês e espanhol, e publicados entre 2013 e 2024. Apenas estudos que abordaram diretamente a administração de recursos em cenários de crise foram selecionados. Os critérios de exclusão incluíram estudos que não apresentaram metodologia clara, artigos duplicados e aqueles que trataram de forma tangencial ou irrelevante ao tema proposto.

A busca pelos artigos foi conduzida em bases de dados eletrônicos reconhecidos, como PubMed, Scielo, Lilacs e Google Scholar. Foram utilizados compostos de descritores controlados e palavras-chave, tais como: "gestão de recursos", "calamidade pública", "desastres naturais", "emergências de saúde pública" e "crise humanitária". Adicionalmente, foi realizada busca manual nas listas de referências dos artigos mais relevantes, garantindo a inclusão de estudos complementares e ampliação da cobertura.

A triagem dos estudos recuperados prejudica um processo rigoroso. Inicialmente, foram detalhados títulos e resumos para verificar a adequação aos critérios de inclusão. Na sequência, os textos completos dos artigos pré-selecionados foram avaliados criticamente, considerando sua relevância temática, qualidade metodológica e contribuição científica para a revisão. Para a coleta e análise dos dados, foi realizada uma leitura exploratória e analítica dos artigos selecionados, permitindo a identificação de estratégias de gestão de recursos em situações de calamidade pública. As informações foram organizadas em categorias temáticas, que refletem práticas, desafios e soluções descritas nos estudos. A síntese dos dados foi realizada com base em análises qualitativas, possibilitando uma discussão crítica sobre as abordagens adotadas.

A confiabilidade dos resultados foi garantida por meio de revisão por pares, na qual outro pesquisador revisou de forma independente dos resultados obtidos durante as etapas de triagem e análise. Essa prática minimizou o risco de vieses e reforçou a qualidade das instruções. Embora esta pesquisa não tenha envolvido seres humanos ou animais, foram respeitados os princípios éticos na utilização de dados secundários, garantindo o devido reconhecimento aos autores das obras consultadas e evitando qualquer forma de plágio.

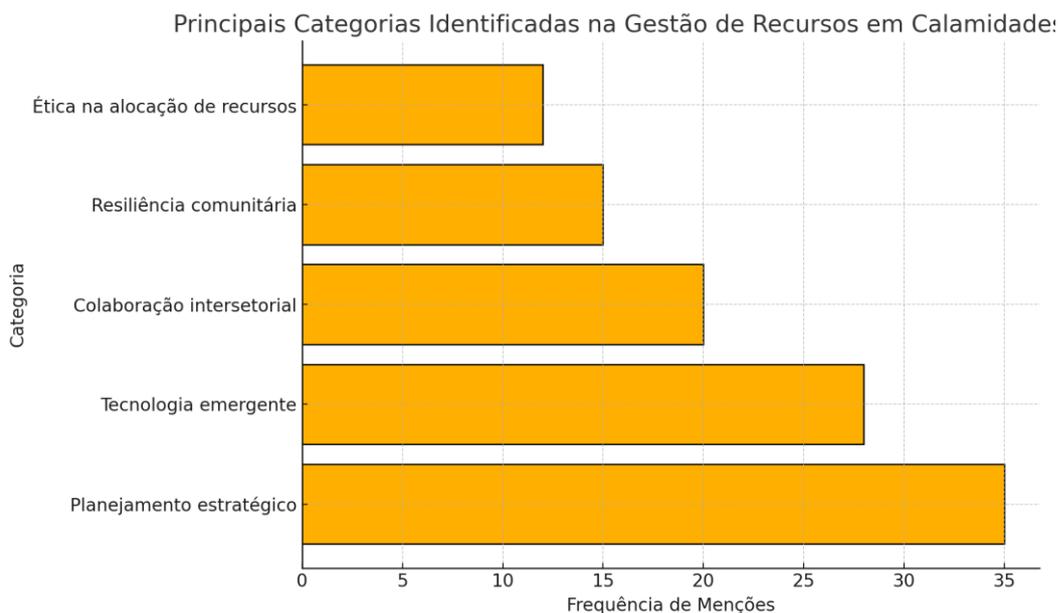
Como limitações, limita-se a possibilidade de vieses relacionadas à seleção e à interpretação dos estudos. Apesar de uma busca criteriosa e abrangente, é possível que alguns estudos relevantes tenham sido excluídos. Além disso, a diversidade de contextos e metodologias nos artigos analisados pode limitar a generalização dos achados. Os resultados desta revisão integrativa fornecem subsídios relevantes para gestores e formuladores de políticas públicas, oferecendo evidências que embasam o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e sustentáveis para a gestão de recursos em situações de calamidade. Esse trabalho reforça a importância do planejamento logístico e do uso racional de insumos para a mitigação dos impactos das crises nas populações afetadas.

# RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados de revisão integrativa revelou cinco categorias principais relacionadas à gestão de recursos em contextos de calamidade pública, apresentadas na Figura 1 e desenvolvidas a seguir:

- I. Planejamento Estratégico: Com 35 menções, esta foi a categoria mais frequente. Os estudos destacam que estratégias bem delineadas são essenciais para a alocação eficiente de insumos, especialmente em contextos de escassez e alta pressão por respostas rápidas
- II. Tecnologia Emergente: o uso de ferramentas como inteligência artificial, sistemas de georreferenciamento e análise de dados em tempo real foi planejado como indispensável para melhorar a gestão e distribuição de recursos em situações críticas
- III. Colaboração Intersetorial : Essa categoria destacou a relevância das parcerias público-privadas e da cooperação internacional na mitigação dos impactos das crises, aumentando a eficiência na mobilização e alocação de recursos
- IV. Resiliência Comunitária : enfatizou-se a importância da capacitação das comunidades e da criação de planos de contingência que facilitem respostas locais e rápidas às emergências
- V. Ética na Alocação de Recursos : esta categoria abordou a necessidade de garantir transparência e justiça na distribuição de recursos, priorizando grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com deficiência

**FIGURA 1:** Principais Categorias Identificadas na Gestão de Recursos em Calamidades Públicas



**Fonte:** Autores 2025.

Os resultados obtidos nesta revisão integrativa reforçam que a gestão de recursos em situações de calamidade pública é um componente central para a mitigação de impactos de crises humanitárias, desastres naturais e emergências de saúde pública. O planejamento estratégico foi a categoria mais mencionada, evidenciando sua relevância para a organização e distribuição eficiente de suprimentos em cenários críticos (Pinheiro *et al.*, 2020).

Por conseguinte, a alocação de recursos em situações de calamidade indica que deve ser feita com base em dados confiáveis e atualizados. A utilização de tecnologias emergentes, como sistemas de georreferenciamento e inteligência artificial, mostrou-se uma prática eficaz para identificar as áreas mais afetadas e prever demandas específicas por recursos. Essas ferramentas permitem que os gestores tomem decisões mais rápidas e assertivas, evitando desperdícios e garantindo que os insumos cheguem a quem mais precisa (Brito *et al.*, 2021).

Outro ponto relevante identificado nos estudos foi a importância da comunicação eficaz entre os diferentes atores envolvidos na gestão de recursos durante calamidades. A falta de comunicação adequada pode gerar conflitos, atrasos na resposta e sobreposição de esforços. Assim, protocolos claros e canais de comunicação estabelecidos previamente podem facilitar a coordenação das ações, aumentando a eficácia das respostas às crises (Silva *et al.*, 2023).

A cooperação entre o setor público e o privado também se mostrou uma estratégia relevante no gerenciamento de bens e serviços em crises humanitárias. Parcerias público-privadas permitiram a mobilização de recursos financeiros e logísticos, aumentando a capacidade de resposta dos governos. Empresas privadas podem contribuir com expertise em gestão, doações de suprimentos e suporte técnico, complementando os esforços das autoridades públicas (Silva *et al.*, 2024).

No que diz respeito às estratégias de mitigação, os estudos destacaram a importância de ações preventivas que reduzam a vulnerabilidade das comunidades antes mesmo da ocorrência de calamidades. Planos de contingência, treinamentos e a criação de estoques estratégicos de recursos são exemplos de medidas preventivas que podem fazer a diferença na resposta a crises. Essas ações fortalecem a resiliência das comunidades, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz (Xavier *et al.*, 2022).

A ética na gestão logística em eventos críticos também foi amplamente discutida nos estudos analisados. Em momentos de crise, a transparência na distribuição de suprimentos é fundamental para garantir a confiança da população nas autoridades responsáveis. A priorização de grupos vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com deficiência, é uma prática ética que deve nortear a alocação de recursos em situações de calamidade (Vargas *et al.*, 2021).

Os resultados indicam que a capacitação das equipes de resposta é um fator importante para o sucesso das estratégias de Coordenação de insumos em emergências. Treinamentos regulares e a atualização contínua dos profissionais envolvidos permitem que as equipes estejam preparadas para lidar com as adversidades de forma eficiente. Além disso, o fortalecimento das redes de colaboração, tanto locais quanto internacionais, contribui para a troca de experiências e boas práticas (Narciso de Oliveira *et al.*, 2024).

Um desafio recorrente identificado nos estudos foi a sustentabilidade das ações de resposta a calamidades. Muitas vezes, os esforços iniciais de socorro são intensos, mas há uma falta de continuidade nas ações de recuperação a longo prazo. Garantir a sustentabilidade das intervenções é fundamental para que as comunidades possam se reconstruir e recuperar sua qualidade de vida após a crise (Caruso *et al.*,2022).

A análise dos estudos também evidenciou que a integração das tecnologias digitais pode otimizar a gestão de suprimentos. Plataformas digitais que permitem a gestão de doações, a identificação de necessidades específicas e a mobilização de voluntários são ferramentas importantes para melhorar a eficiência das ações em cenários de calamidade pública. Essas tecnologias também facilitam a transparência e a prestação de contas, aumentando a confiança nas ações realizadas (Aparecida *et al.*,2019).

A pandemia de COVID-19 foi amplamente citada nos estudos como um exemplo prático das dificuldades e lições aprendidas na gestão de recursos em situações de calamidade. A sobrecarga dos sistemas de saúde e a escassez de insumos, como equipamentos de proteção individual e respiradores, expuseram a importância de um planejamento prévio e da cooperação internacional. Países que possuíam planos de contingência e estoques estratégicos de alocação de suprimentos conseguiram lidar melhor com a crise (Rodrigues *et al.*,2023).

Além disso, os estudos ressaltaram que as desigualdades sociais podem ser exacerbadas em contextos de calamidade. As comunidades mais vulneráveis são frequentemente as mais afetadas e têm menos acesso a recursos e serviços essenciais. Por isso, a coordenação de insumos deve considerar as desigualdades existentes e buscar formas de minimizar esses impactos, garantindo que todos tenham acesso ao apoio necessário (Barbosa *et al.*,2024).

As políticas públicas de prevenção e preparação para calamidades foram apontadas como fundamentais para reduzir a vulnerabilidade das comunidades. Medidas como a criação de estoques estratégicos, o fortalecimento dos sistemas de saúde e a implementação de campanhas de conscientização podem melhorar a capacidade de resposta das comunidades e reduzir os danos causados por calamidades (Coutinho *et al.*,2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa de literatura permitiu responder à questão de pesquisa ao evidenciar que a gestão de recursos limitados em situações de calamidade pública é um processo complexo e desafiador, que requer planejamento estratégico, cooperação intersetorial e o uso de tecnologias emergentes. Estratégias estratégicas de coordenação de insumos são fundamentais para priorizar áreas mais afetadas e atender às necessidades das populações vulneráveis, minimizando os impactos negativos das crises.

Os resultados destacam que o uso de dados atualizados e ferramentas tecnológicas, como georreferenciamento e inteligência artificial, pode melhorar a identificação de demandas e garantir maior

eficácia na alocação de recursos. Além disso, a comunicação clara entre os atores envolvidos e a criação de protocolos específicos são práticas essenciais para uma coordenação eficiente das respostas.

A revisão também revelou a relevância da cooperação público-privada na ampliação da capacidade de resposta. As Parcerias Estratégicas permitem a mobilização de recursos financeiros e logísticos, complementando as ações do setor público. Entretanto, a transparência e a equidade na gestão de recursos foram enfatizadas como princípios éticos indispensáveis para garantir a confiança da população nas autoridades e priorizar grupos mais vulneráveis.

A pandemia de COVID-19 foi um exemplo emblemático das dificuldades na gestão de recursos em cenários de calamidade, evidenciando fragilidades nos sistemas de saúde e a importância do planejamento prévio e da cooperação internacional. Lições aprendidas nesse contexto ressaltam a necessidade de estoques estratégicos e maior integração entre as nações. Entretanto, as limitações desta revisão incluem a heterogeneidade metodológica dos estudos estudados, o que pode dificultar a generalização dos resultados, e a possibilidade de exclusão de trabalhos relevantes pela restrição de idiomas e critérios de inclusão.

Como recomendações, sugere-se a realização de estudos futuros que explorem modelos específicos de gestão de recursos em diferentes tipos de calamidades e contextos regionais, além de investigações sobre o impacto da introdução de tecnologias emergentes na gestão logística. Concluir que investir na preparação e resiliência das comunidades, fortalecendo os sistemas de saúde e promovendo ações preventivas, é uma medida essencial para mitigar os impactos das crises. A integração das lições aprendidas nas políticas públicas pode promover maior eficiência e equidade nas respostas às calamidades, contribuindo para a proteção de vidas e o bem-estar das populações.

## REFERÊNCIAS

APARECIDA SANTANA SEDIYAMA, Gislaine, *et al.* Transparência pública municipal: uma análise dos municípios mineiros que decretam calamidade financeira. **Gestão & Regionalidade**, v. 35, n. 104, 2019. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol35n104.5045>.

BARBOSA, Juliana De Matos, *et al.* Direito à cidade e racismo ambiental: desigualdade no acesso a recursos urbanos em tempos de crise climática. **Revista Direitos Culturais**, v. 19, n. 48, dez. 2024, p. 41–61. DOI: <https://doi.org/10.31512/rdc.v19i48.1879>.

BRANDÃO, Celmário Castro, *et al.* O Ministério da Saúde e a gestão do enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 137, p. 58–75, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313704>.

BRITO, Mayara Menezes de. A locação de recursos na área da saúde em estado de calamidade pública: um estudo de caso sobre os gastos relacionados à COVID-19 no município de Niterói. 2021. Dissertação (Mestrado) – **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://pantheon.ufrj.br/handle/11422/18282>.

- CARUSO, Teresa Lima Branco Corallini. Uma recuperação centrada na comunidade: análise das intervenções no bairro de Karantina após o impacto da explosão no Porto de Beirute em agosto de 2020. 2022. Dissertação (Mestrado) – **Universidade do Porto** (Portugal).
- COUTINHO, Nilton Carlos. Prevenção contra desastres hidrológicos: uma questão de planejamento urbano, políticas públicas e cidadania. **Revista Paradigma**, v. 28, n. 1, p. 252–271, maio 2019. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1234>.
- CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida; SANTANA, Ana Cláudia Farranha. Requisição administrativa em situação de calamidade pública: por uma fila única emergencial de leitos de Unidade de Terapia Intensiva. **CIADS**, v. 9, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17566/ciads.v9i2.681>.
- DOS SANTOS, Rodrigo Antônio Silveira; DA SILVA TERRES, Natasha. Defesa Nacional e Logística Humanitária: o direito internacional, as Forças Armadas Brasileiras e a resposta a desastres naturais ou provocados pelo homem. **Anais eletrônicos do XIII ENABED** (Livro eletrônico). ISBN: 978-65-01-24502-7.
- DE OLIVEIRA, Alexsandro Narciso et al. Gestão de crises e emergências em unidades de pronto atendimento. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 9, p. 1-13, 2024.
- FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. Smart cities e pandemia: tecnologias digitais na gestão pública de cidades brasileiras. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 860–873, ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200272>.
- FERENTZ, Larissa Maria Da Silva; GARCIA, Carlos Mello. A capacidade do Estado frente à gestão de riscos e desastres após a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/2012). **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 1, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i1.6550>.
- JANSEN, Giane Roberta; VIEIRA, Rafaela. Análise da integração da gestão de risco de desastres à política de desenvolvimento territorial local. **Interações**, p. 555–574, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v23i2.3197>.
- LOPES, Luciana Tolêdo; BARRON, Fernando Passos Cupertino De. Gestão de recursos humanos do SUS na pandemia: fragilidades nas iniciativas do Ministério da Saúde. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 133, p. 277–289, abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213302>.
- LONDE, Luciana De Resende, *et al.* Vulnerability, health and disasters in São Paulo coast (Brazil): challenges for sustainable development. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0102r2vu1811ao>.
- MARCHEZINI, Victor. Pesquisa transdisciplinar como suporte ao planejamento de ações de gestão de risco de desastres. **Saúde em Debate**, v. 44, spe2, p. 33–47, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020e203>.
- NDAPASSOA, Anastásio Miguel. Experiência de Moçambique na gestão de calamidades e recuperação pós-desastres socioambientais (2019-2023). **Veredas do Direito – Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 20, set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.18623/rvd.v20.2565>.
- PINHEIRO, Eduardo Gomes, *et al.* Estruturação de indicadores na priorização de concessão de recursos para obras voltadas à redução de riscos de desastres entre os municípios do estado do Paraná. **Redes**, v. 25, dez. 2020, p. 2737–2759. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15287>.
- PIMENTEL DA SILVA, Helton; FONSECA, Ávila Rodrigo De Sousa. Contemporary challenges in civil protection and defense: development of an integrated model for rapid response to hydrological disasters. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 5, out. 2024, p. 281–300. DOI: <https://doi.org/10.51249/gei.v5i05.2255>.

RODRIGUES, Maria Eduarda. *Sistemas normativos internacionais e emergências sanitárias: uma análise do cumprimento das obrigações de due diligence pelo Brasil na pandemia de Covid-19*. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — “Júlio de Mesquita Filho”, **Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, Franca, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/253613>.

SILVA, Bárbara Cristina Lira da. *Saúde Pública e Serviço Social: produção de conhecimento sobre as parcerias público-privadas e suas implicações no trabalho de assistentes sociais*. 2024. 112 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, **Programa de Pós-graduação em Serviço Social**, Manaus, 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/identificador/tede/10417>.

SILVA, Marcos Carneiro, *et al.* Ações mitigatórias nos riscos de danos à vida em desastres naturais: o uso das tecnologias e comunicações. **Construção Civil: Engenharia e Inovação**, v. 6, 2023, p. 79–96. DOI: <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2023922p79>.

STORTO, Giovanna Gonzalez, *et al.* Bioética e a alocação de recursos na pandemia de covid-19. **Revista Bioética**, v. 29, n. 4, dez. 2021, p. 825–831. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422021294516>.

VASCONCELLOS BARRAL CAMPOS, Mônica, *et al.* Respostas educacionais às enchentes: experiência das escolas públicas do Rio Grande do Sul em 2024. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 26, nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2024.v26.45995>.

VARGAS, Fundação Getulio. Parâmetros para a priorização no contexto de desastres com base em critérios de severidade e vulnerabilidade. **Relatório técnico**. 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/34052>.

XAVIER, Ricardo Acácio. Risco de cheias e inundações: estratégias comunitárias para a gestão e redução da vulnerabilidade em Moçambique. 2022. **Universidade de Aveiro**. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/101745>.

ZAMPIERI, Priscila Bernardes. Considerações sobre a gestão pública sobre as enchentes e os desastres no Rio Grande do Sul. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização — **Universidade Federal de Santa Maria, Gestão Pública - EaD**, Santa Maria, 2024. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/33448>.